



Recortes de Imprensa

Agosto 2010

apoio



Actual 1 Violência doméstica

Autarca agredida tem direito a segurança

Violência. Com o namorado agressor à solta, Isaura Morais tem de se proteger. A GNR da área de residência já está 'atenta à situação'

RUTE COELHO

A presidente da Câmara de Rio Maior está a tratar das medidas de segurança "que são necessárias" para enfrentar a nova realidade: o namorado que sexta-feira acusou de agressão, foi mandado em liberdade no sábado pela procuradora de turno no Tribunal de Peniche. Isaura Morais parte hoje para férias por duas semanas e a única garantia que tem, neste momento, é que Alexandre Fonseca "já entregou as chaves de casa". Fê-lo, segundo fonte próxima da autarca, "na presença da Polícia Judiciária", quando a PJ de Leiria foi deter Alexandre Fonseca após buscas ao apartamento, sexta-feira.

A fechadura foi mudada e a GNR local está 'atenta à situação', adiantou a mesma fonte. Mas tal não basta para garantir a integridade física da autarca, que durante cinco anos foi alvo de violência física e psicológica.

Isaura Morais pode pedir a protecção do Corpo de Segurança Pessoal da PSP (CSP). "No caso em concreto, havendo uma ameaça real à integridade física de uma autarca, que é um membro da administração local e uma personalidade do Estado, a protecção do Corpo de Segurança da PSP é mais do que justificada", explica ao DN José Manuel Anes, presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo. Se não fosse autarca mas membro de um órgão de soberania, por exemplo, Isaura Morais teria direito a essa protecção, independentemente de haver ameaça concreta. "Tratando-se de uma figura pública, se fizer o pedido para ter a protecção do CSP a autorização será acelerada", adiantou José Manuel Anes. "Mas uma cidadã comum também tem direito a fazer esse pedido, caso se sinta ameaçada", precisou. Facto é que nenhuma das vítimas mortais por violência doméstica em Portugal teve a protecção do CSP.

Ministério Público decide

O pedido para ter protecção do CSP será avaliado e autorizado por um magistrado do Ministério Público, adiantou fonte judicial ao DN. O CSP está especialmente vocacionado para garantir a segurança pessoal do Presidente da República, primeiro-ministro e

presidentes da Assembleia da República, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional e Supremo Tribunal Administrativo. Mas na missão do CSP também constam a "protecção policial de testemunhas ou outros cidadãos sujeitos a ameaça, no âmbito das atribuições da PSP".

Fonte policial com experiência



Isaura Morais, autarca de Rio Maior (PSD), denunciou companheiro

Agressor foi posto em liberdade, apenas sujeito a termo de identidade e residência

na área da violência doméstica adianta que "podia ter sido aplicada a proibição de contactos com a vítima, neste caso". Podia, mas nem sequer essa medida foi aplicada. Alexandre Fonseca está apenas constituído arguido com termo de identidade e residência. "A magistratura de Rio Maior cometeu um erro de palmatória: os processos foram separados", criticou fonte do gabinete da autarca.

Ou seja, os crimes de extorsão, posse ilegal de armas e violência doméstica não foram agregados num único processo, o que poderia ter dado azo à aplicação de uma medida de coacção mais grave. Como vítima de violência doméstica, Isaura Morais tem ainda "direito à protecção e segurança previstas na Lei-Quadro da Violência Doméstica", diz fonte policial. A força policial da área de residência da autarca, no caso a GNR, "está atenta".

"Quando algum cidadão é ameaçado, a GNR tem a obrigação de acautelar a sua segurança, havendo ou não decisão judicial", disse o porta-voz da GNR, Costa Lima.

MONTEMOR-O-VELHO

Foi morta à porta do posto da GNR

O caso foi dos mais chocantes em Portugal no que diz respeito ao flagelo da violência doméstica e suas consequências. Maria Manuela Costa, 35 anos, foi assassinada a tiro pelo marido à porta do posto da GNR de Montemor-o-Velho, onde ia apresentar queixa por violência doméstica. Foi a 29 de Novembro de 2009. A filha menor que Maria Manuela trazia ao colo assistiu a tudo. A tragédia aconteceu quando os bombeiros que transportavam a mulher numa ambulância foram barrados pelo agressor, Mário Joaquim, de 41 anos. Maria Manuela foi atingida por disparos de caçadeira ainda no interior da ambulância. A criança foi levada para o hospital. O agressor foi detido pelos militares, que lhe retiraram a arma e tudo parecia estar terminado quando se ouviram mais disparos vindos de dentro do posto. "Quando dois militares se preparavam para lhe fazer a revista, próxi-



Manuela temia o marido

mo das celas, ele tirou um revólver que tinha escondido e baleou-os", explicou então a GNR. Um militar foi morto e o outro ficou ferido. Em Carapinheira do Campo, aldeia de Montemor-o-Velho onde Maria e Mário residiam, ele já tinha reputação de ser uma pessoa violenta. Maria Manuela Costa vivia num clima de medo permanente. Não foi capaz de se proteger a tempo e ninguém a protegeu. Deixou dois filhos pequenos.



4 homens

Em 2010, foram assassinados quatro homens vítimas de violência doméstica

29 vítimas

Em 2009, registaram-se 29 vítimas mortais. Outras 28 sofreram tentativa de homicídio. Todas mulheres



LISBOA

Ameaçou ex-mulher em pleno tribunal

Um homem de 29 anos, com antecedentes criminais por furto e agressão, foi detido a 20 de Julho em pleno tribunal, no Campus de Justiça, Lisboa, por ameaçar de morte a ex-mulher através de mensagens no telemóvel, enquanto ela era ouvida pelo Ministério Público (MP) – no âmbito de uma queixa de violência doméstica apresentada contra ele. Segundo contou na altura a PSP ao DN, o processo decorria há já dois meses e referia-se a uma queixa por ameaças e agressão do ex-marido, de quem se encontrava separada desde Novembro de 2008. Os relatos de agressões físicas remontam ao ano de 2007 e prolongaram-se no tempo, referiu a PSP. Devido às ameaças no telemóvel da vítima, o MP emitiu um mandado de detenção e apanhou-o. O suspeito, que trazia uma soqueira no carro, ficou em prisão preventiva.

CASCAIS

Tinha feito queixa à PSP mas foi morta

Na noite de 12 de Julho, uma mulher de 53 anos foi morta a tiro pelo marido, que se suicidou de seguida. Em 2009, a PSP tinha recebido queixa por violência doméstica por parte desta mulher. Naquela noite, a polícia ainda foi ao local depois de receber uma denúncia, mas não conseguiu evitar a morte trágica da mulher. O crime ocorreu na Rua Silva Lobo, em Alapraia (Cascais). Dois agentes da polícia ainda foram baleados sem gravidade pelo homem. Os meios foram reforçados com agentes da Unidade Especial de Polícia. Quando os agentes da UEP viram que o suspeito tinha incendiado a casa, forçaram a entrada, mas era já tarde demais. O casal jazia no chão. Foi mais um caso em que nem com queixa-crime apresentada a uma força de segurança se conseguiu impedir a morte da vítima de agressões.

Parlamento avalia criação de quotas de emprego público

VÍTIMAS Projecto de lei que estabelece emprego para vítimas de violência doméstica pode ir a votação final já em Setembro

O Parlamento está a avaliar um projecto de lei que estabelece quotas de emprego público para vítimas de violência doméstica, que pode vir a ser votado já em Setembro. A iniciativa pretende abranger vítimas de violência doméstica "que se desloquem para fora da sua área residencial, como forma de evitar a sujeição a essa violência e que não exerçam qualquer actividade laboral", numa proposta da autoria de Os Verdes.

O projecto já passou pela comissão da especialidade e aguarda agora a votação final global em plenário. Ao contrário do CDS, que considera a medida um "exagero", PS, Bloco e PCP estão disponíveis a discutir o assunto no início da próxima sessão legislativa.

Como explicou a líder de Os Verdes, Heloísa Apolónia, ao DN, o projecto propõe que em "todos os concursos externos de ingresso na função pública, em que o número de lugares postos a concurso seja igual ou superior a cinco, um dos lugares seja fixado para ser preenchido por uma vítima de violência doméstica".

Quem não rejeita à partida a ideia é Maria Manuela Augusto, deputada do PS na subcomissão de Igualdade, que considera que "ainda há muito a fazer", apesar de "todas as lacunas e falhas que a Lei 112/09 – que estabelece o Estatuto da Vítima – ajudou a colmatar". Quanto ao projecto das "quotas no emprego", a socialista defende que este terá espaço para ser debatido após a saída de um relatório sobre a Lei 112/09. Ou seja: em Setembro.

O deputado do PSD na mesma subcomissão, Mendes Bota, não vê "grande inconveniente que possa haver discriminação positiva para as vítimas de violência doméstica", embora alerte que, "neste momento, a função pública está em fase de redução de efectivos".

Também o Bloco de Esquerda, pela deputada Helena Pinto, garantiu estar "disponível para fazer a discussão em torno das quotas de emprego". Ao que o DN apurou, o PCP deve votar ao lado de Os Verdes nesta matéria e tem igualmente à espera de votação várias propostas sobre o assunto.

Já a deputada do CDS, Teresa Caeiro, considera um "exagero" que se criem quotas de emprego para vítimas de violência doméstica. Embora compreenda a "bondade da ideia", defende que "se devem criar mecanismos para que as mulheres estejam mais protegidas e para que não sejam estas a abandonar a habitação".

RUI PEDRO ANTUNES



16 mulheres mortas este ano

Pulseira com pouca aplicação

MAUS TRATOS O Governo não se cansa de apresentar soluções ou planos de prevenção contra o crime de maus tratos. O Relatório de Segurança Interna deste ano – relativo ao ano de 2009 – aponta nesse sentido e denuncia que este crime é agora o quarto mais praticado em Portugal. No ano de 2009 foram assassinadas 29 mulheres vítimas de maus tratos e este ano foram já 16 os casos que resultaram em homicídio.

As apostas do Governo nascem neste contexto, mas, na prática, ficam aquém da expectativa. Em Março foi retirado o pressuposto de "flagrante delito" para que um agressor de violência doméstica pudesse ficar em prisão preventiva. Posteriormente foi criado o projecto-piloto aplicado desde Dezembro de 2009, que prevê a aplicação de pulseiras electrónicas aos agressores. Mas dos 50 dispositivos comprados pelo Governo, só nove foram mandados aplicar pelo juiz de instrução. F.A.S.

Lei espanhola estabelece direitos laborais desde 2004

ESPAÑA Foi uma das primeiras coisas que José Luis Zapatero fez quando chegou ao poder em 2004: fazer aprovar uma lei contra a violência doméstica. Esta criou a discriminação positiva criminalizando os maus tratos dos homens sobre as mulheres, estabeleceu direitos laborais específicos para as vítimas, como reduzir a jornada de trabalho ou pedir a demissão e ter direito a subsídio de desemprego.

Além disso, a lei reforçou as pe-

nas para os agressores, inibiu-os de exercer o poder paternal nalguns dos casos, criou um observatório da violência de género, reforçou medidas de protecção para diferentes graus de gravidade das agressões infligidas.

Em Espanha, é raro o dia ou semana em que os media não trazem notícias de mulheres assassinadas. Amelia Jiménez, de 36 anos, morta em Bilbao a 25 de Julho, foi a 42.ª vítima deste ano. No ano passado, em igual período, tinha-se registado três dezenas de vítimas, segundo números citados pela Efe. Das 42 mulheres mortas, dez tinham já feito queixa e sete encontravam-se sob medidas de protecção em vigor. Números que levam muitos a criticar a eficácia da lei feita aprovar pelo PSOE.

PATRICIA VIEGAS



17 628 crimes

Deste total – cujas vítimas se socorreram da APAV em 2009 –, 15 904 respeitaram a crimes de violência doméstica

ANDRÉ CARRILHO



ID: 31305620

03-08-2010



APAV pede mais protecção a vítimas

DANIEL COTRIM

DIRIGENTE DA APAV

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defendeu a agilitação das medidas de coacção que visam a protecção das vítimas de violência doméstica. "Quando a vítima pede protecção não pode esperar", disse Daniel Cotrim, dirigente da APAV, referindo que grande parte dos homicídios de mulheres que denunciaram agressões por parte dos companheiros ocorre depois do pedido de protecção.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Vítimas vão ter renda apoiada a partir de Outubro

Apoio à habitação está por regulamentar há quase um ano. Elza Pais garante que estará pronto em três meses

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
ANTÓNIO LARGUESA
catarinapereira@negocios

As vítimas de violência doméstica ainda não têm acesso a um direito que há quase um ano lhes é garantido por lei. Em causa está a atribuição de apoio ao arrendamento ou de casa social. A questão, considerada urgente pelas associações no terreno, está dependente de regulamentação. O Governo compromete-se a resolvê-la no prazo máximo de três meses.

No mesmo dia em que mais uma mulher foi assassinada pelo companheiro (no Concelho da Amadora), Elza Pais, secretária de Estado da Igualdade, disse ao **Negócios** que "há um grupo de trabalho que está a finalizar o documento. Pode até sair antes, mas até Outubro, seguramente, teremos essa regulamentação feita", afirmou.

O regime jurídico de prevenção da violência doméstica e protecção das vítimas, publicado em Setembro, estabelece que quando o afastamento do autor do crime o justifique, a vítima tem direito "a apoio ao arrendamento, à atribuição de fogo social ou a modalidade específica equiparável, nos termos a definir em diploma próprio".

Mais de metade das vítimas vive com o agressor, revela o último relatório da Direcção-geral da Administração Interna. "[A regulamentação] é sobretudo necessária nas situações em que temos pessoas que precisam de se afastar do autor do crime", afirma ao **Negócios** uma das técnicas de apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). "Existem redes de casas de abrigo, mas a maior parte das vezes estão cheias e não dão resposta a todos os casos urgentes", acrescenta.

Existem redes
de casas de abrigo,
mas a maior parte
das vezes estão
cheias e não dão
resposta a casos
urgentes.

TÉCNICA DE APOIO À VÍTIMA
APAV

A questão é também referida por Elisabete Brasil, jurista da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). "É uma expectativa que vem de longe, mas que ainda não se percebeu como funcionará."

Ao **Negócios**, Elza Pais afirma que há já câmaras municipais que garantem esse apoio, mas de forma dispersa. "Há autarquias que já fazem este apoio ao arrendamento", afirma, referindo casos no Norte do País e em Cascais. "Quando a lei for regulamentada, passará a ser um direito que poderá ser concretizado com outro tipo de eficácia", reconhece.

A ser concretizado, este será mais um passo na promoção da mobilidade. O Código do Trabalho estabelece que o trabalhador vítima de violência doméstica tem direito a ser transferido para outro estabelecimento. A transferência funciona bem na Administração Pública e em grandes empresas, afirmam as associações. Mas não tem eficácia no caso de pequenas empresas. Nestes casos sobra a suspensão do contrato, a licença sem vencimento ou a demissão.

PERGUNTAS A...

● ELZA PAIS

SECRETÁRIA DE ESTADO
DA IGUALDADE

"Há muitos
casos por
denunciar"

Que balanço faz da evolução real dos casos de violência doméstica?

Ao nível das participações/queixas à PSP e à GNR registaram-se no ano passado 30.543 participações. Os casos aumentaram 10% num ano, quando nos anos anteriores subiram, em média, 11,3% por ano. Temos situações de violência física, psicológica ou sexual, sendo que a maior parte das denúncias se reportam a situações de violência física. Mas o inquérito à vitimização, publicado em 2008, mostra que a violência doméstica na sua dimensão real diminuiu 10% em dez anos. É, por isso, um aumento da visibilidade do fenómeno e que traduz a confiança no sistema de protecção.

A nível efectivo, quantos casos estima que existam?

Estima-se que os casos denunciados correspondam a 10% a 15% das situações reais. Continuamos a ter muitas situações não denunciadas, há muitos distritos com um número de participações baixas, o que significa que nesses distritos a violência ainda não foi desocultada.

Quanto é que o Estado investe no combate à violência doméstica?

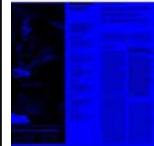
Os apoios do QREN às associações não governamentais são de 15 milhões de euros para igualdade de género, mas mais de metade desta verba é para combate à violência doméstica. Depois temos 2,6 milhões de euros para outros projectos. Agora estamos a trabalhar no "gender budgeting". Se as negociações correrem bem, poderemos identificar no próximo Orçamento do Estado quais são as verbas canalizadas para projectos no âmbito da igualdade de género.



Parlamento vai discutir introdução

O Parlamento pode aprovar já em Setembro um projecto de lei d'Os Verdes que obriga a que em todos os concursos da

Função Pública em que o número de lugares a concurso seja igual ou superior a cinco "um deles seja fixado para ser



de quotas de emprego público

preenchido por uma vítima de violência doméstica", disse ao "DN" a deputada Heloisa Apolónia. PS, PSD, BE e PCP já

se mostraram disponíveis para acolher esta proposta, enquanto o CDS/PP a classifica como sendo "um exagero".

A REALIDADE EM NÚMEROS

Os dados estatísticos das polícias e das associações de vítimas ajudam a perceber a dimensão do problema da violência doméstica em Portugal.

30.543

Queixas por violência doméstica em 2009, concentrando-se a maior parte nos distritos de Lisboa (7.522) e do Porto (6.562).

29

Anúncios de mulheres assassinadas em 2009. Violência doméstica é o quarto crime com mais participações criminais.

11,3%

Aumento anual das queixas por violência doméstica desde 2000. A idade média das vítimas é de 39 anos.

85%

Percentagem de vítimas de violência doméstica do sexo feminino. Mais de metade (53%) vive com o agressor.

1/3

Apenas cerca de um terço (28%) das vítimas possui habilitações superiores ao 9.º ano de escolaridade.

554

Número de projectos direccionados para o combate à violência doméstica em Portugal.

EFEITOS NO TRABALHO

Violência em casa aumenta risco de despedimento

Dificuldades acrescidas no mercado de trabalho reflectem-se também na procura de emprego e nas promoções

ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

As mulheres vítimas de violência doméstica acabam por enfrentar também maiores dificuldades no mercado de trabalho, sendo o maior efeito de longo prazo o aumento da probabilidade de despedimento em sete pontos percentuais. Em média, este episódio resulta numa perda de rendimento na ordem dos 5.500 euros.

De acordo com o livro "Prevenir ou Remediar: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres", consultado pelo **Negócios**, as vítimas evidenciam também maior dificuldade em encontrar emprego e alcançar uma promoção. No primeiro caso, o aumento de probabilidade é de 3,5%, tendo a presença de violência sobre a mulher um efeito idêntico a uma variação de idade de nove anos e meio.

Já ao nível da progressão na carreira, os investigadores da Universidade Nova de Lisboa apuraram um acréscimo de três pontos percentuais na probabilidade de não serem promovidas, traduzindo-se o episódio de violência, para uma mulher de 50 anos, numa perda de antiguidade para efeitos de promoção de cerca de dois anos e meio. Nos cálculos do economista Pedro Pitta Barros, autor do capítulo sobre os custos económicos de longo prazo, para uma mulher que tenha ainda 20 anos de trabalho pela frente antes de se reformar e tenha um rendimento mensal médio de 366 euros, no acumulado destas duas décadas a mulher vítima de violência ganhará menos 2.331 euros devido ao atraso na sua promoção.

Entre as mulheres inquiridas para este estudo, apenas 15,6% reconhecem dificuldades profissionais (e destas só uma pequena percentagem - 9% - admite uma

SNS suporta 127 euros por ano com cada mulher vítima

O custo médio com a saúde por mulher vítima de violência doméstica é de cerca de 140 euros por ano, sendo 91% desse valor (127 euros) suportado pelo Serviço Nacional de Saúde. A estimativa resulta de um estudo baseado em inquéritos nos centros de saúde portugueses em 2007, mostrando que 55% do valor pago corresponde a consultas e 30% a medicamentos. A medicação representa 68% dos custos exclusivamente suportados pelas vítimas de violência. Este estudo da Nova diz que 6,6% de todas as idas ao hospital de mulheres com mais de 18 anos devem-se a violência. Quanto à gravidade das consequências sofridas, 28,6% estiverem internadas mais de 24 horas.

relação de causalidade com a violência). No entanto, quando analisadas as situações de vitimização nos 12 meses anteriores, verificou-se que nas vítimas há uma probabilidade dupla de surgirem estas dificuldades.

Como é evidente, estes efeitos somam-se aos mais conhecidos e discutidos impactos na saúde psicológica e física das vítimas, assim como nas relações próximas. Um problema reconhecido inclusive por quase metade (47%) das inquiridas, que estabelece uma relação de causalidade com os efeitos negativos junto dos amigos e da família. Sobreretudo para os filhos, cujo percurso educativo é afectado pela violência exercida sobre as mães, tanto ao nível do absentismo como do aproveitamento escolar.



Agrediu mulher e um polícia na rua e ficou em liberdade

Camionista não foi ouvido por juiz de instrução. Regressou a casa para tentar falar com a esposa

ALEXANDRA SERÓDIO
alexserodio@jn.pt

Um camionista de 41 anos agrediu na via pública a mulher e um agente da PSP que tentava por cobro à violência. O indivíduo foi detido e levado ao Tribunal de Caldas da Rainha. A procuradora do Ministério Público pô-lo em liberdade e agressor voltou à casa da mulher.

A discussão entre o casal – originada por desconfianças conjugais – terá prosseguido na tarde de domingo, numa rua de um bairro de Caldas da Rainha. Da acesa troca de palavras o suspeito terá passado rapidamente à agressão.

A violência acabaria por ser testemunhada pela vizinhança que alertou a PSP. Segundo fonte policial, por volta das 17 horas, o camionista de transportes internacionais foi detido por ter “agredido na via pública a sua esposa”. Refere a fonte que o suspeito “empurrou com violência” a vítima “contra um muro”, numa ocasião em que esta pretendia ir buscar as duas filhas (de 8 e 13 anos) a casa.

Durante a detenção do suspeito, em que os agentes usaram “a força estritamente necessária” e antes mesmo de o conseguirem manietar, um dos polícias acabaria por ser agredido com diversos socos que “o atingiram na face esquerda, boca e queixo”. O agente, de 39 anos, teve de receber tratamento hospitalar, sem no entanto carecer de internamento. Por apresentar diversos hematomas no rosto, encontra-se de baixa médica.

O camionista acabaria por ser levado para a esquadra da PSP, onde passou a noite. Ontem, foi levado a tribunal, de onde saiu por volta das 16 horas, em liberdade, sem ter sido ouvido pelo juiz de instrução para aplicação das medidas de coacção.

Depois, dirigiu-se à casa da mulher e aguardou à porta. Durante mais de uma hora a mãe e os poli-



Suspeito foi ontem ao Tribunal de Caldas da Rainha, acompanhado por agentes da PSP da cidade



Polícia voltou a ser chamada à habitação porque o suspeito queria falar com a mulher

Autarca de Rio Maior ainda não requereu protecção policial especial

→ A presidente da Câmara de Rio Maior que denunciou o companheiro às autoridades, depois de mais de cinco anos de agressões físicas e psicológicas, ainda não requereu protecção policial. Segundo apurou o JN Isaura Moraes – que se encontra a gozar um período de férias – ainda não solicitou junto do Tribunal qualquer tipo de protecção. O companheiro foi detido na sexta-feira por posse ilegal de armas. Saiu do tribunal de Peniche em liberdade, no sábado à tarde, depois de ter sido apenas ouvido pela procuradora-adjunta do Ministério Público. Horas depois foi visto em Rio Maior.

Ontem, a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, elogiou o exemplo de “coragem e determinação” da autarca. “Se vierem a ser aplicadas medidas de protecção no sentido de afastar o agressor da casa de residência da família – que ainda não foram –, isso poderá ter um efeito muito positivo e disseminador”, disse. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima defende a agilização das medidas de coacção. “Quando a vítima pede protecção não pode esperar”, disse Daniel Cotrim à Lusa, referindo que grande parte dos homicídios de mulheres que denunciaram agressões por parte dos companheiros ocorre depois do pedido de protecção.



cias tentaram demover o homem da pretensão de falar com a mulher, de 41 anos e empregada da restauração. “Ele apenas disse que queria as coisas dele, o carro e fazer uma pergunta”, contaram ao JN.

O suspeito acabaria por abandonar a porta do prédio acompanhado pelo seu advogado. Hermínio Maças disse ao JN que o seu cliente está em liberdade “porque não há indícios” da prática dos crimes de que foi indiciado, apesar destes terem ocorrido na via pública. Fonte policial garantiu que o camionista foi detido pela suspeita da prática dos crimes de violência doméstica e agressões a um agente da autoridade, tendo prestado termo de identidade e residência. O processo passou a inquérito. ■



Mais uma morte por violência doméstica

Ana Cristina Pereira

● Um homem de 45 anos terá ontem matado a mulher com uma facada no peito. Estavam dentro de casa, na Amadora. Não fugiu. Entregou-se às 15h45, na esquadra da Mina. Quando a PSP entrou, a mulher, de 37 anos, já era a 14.ª vítima mortal de violência doméstica deste ano.

Horas antes, em Vila Nova de Famalicão, a PJ detivera um homem de 55 anos que só não terá conseguido con-

sumar acto idêntico, porque a mulher se bateu: socou-a, tentou estrangulá-la e esfaqueou-a.

O suspeito da Amadora responde hoje ao primeiro interrogatório judicial. O de Vila Nova de Famalicão foi ontem ouvido e ficou em prisão preventiva enquanto aguarda os trâmites que lhe permitirão esperar o julgamento em prisão domiciliária - em casa dos pais.

Parte do país discutia ontem violência doméstica, a propósito da presi-

dente da Câmara de Rio Maior, Isaura Moraes, que na sexta-feira apresentou queixa contra o ex-companheiro de anos. A PJ terá encontrado duas antigas armas de fogo e duas armas brancas nas buscas à residência. E deteve o homem, no sábado libertado com termo de identidade e residência. Isaura Moura terá ontem partido para duas semanas de férias decidida a continuar a desempenhar o cargo público para que foi eleita, pelo PSD, em Outubro de 2009.

“Quando a vítima pede protecção não pode esperar”, disse Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em declarações à agência Lusa. Escusando-se a comentar o caso concreto, defendeu o agilizar das medidas de protecção a este tipo de vítimas, com características muito específicas.

As queixas sobre desprotecção das vítimas de violência doméstica são frequentes entre os activistas. A Comissão para a Igualdade de Género e o Ministério da Justiça lançaram, nos distritos de Porto e Coimbra, um programa experimental para manter o agressor afastado: há uns dias, veio a público que só nove das 50 pulseiras electrónicas compradas em Dezembro estavam a ser usadas.



Já se registaram este ano 14 mortes por causa da violência doméstica



APAV completou 20 anos

A APAV-Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, completou 20 anos em 25 de Junho passado, registando durante este tempo o notável mas evitável número de 93.422 processos de apoio, o que corresponde a um universo de cerca de 187.000 pes-

soas.

Está presente em 8 distritos do continente e na região autónoma dos Açores, bem como nas unidades específicas de apoio à vítima migrante e do telefone 707 2000 77.

O maior número de apoios são para vítimas de maus tratos

domésticos, incluindo os de natureza sexual, de roubos em residências ou por esticção e outros crimes como os de homicídio, de abuso de autoridade e discriminação racial e étnica.

A APAV pode ser vista em vários "sitios" da Net, como www.apav.pt; www.complique.org; www.apav.pt/lgt e www.apav.pt/apavj.



APAV pede agilização das medidas de coação

“Se vítima pede proteção não pode esperar”

Sem comentar caso da autarca de Rio Maior, APAV pede maior agilidade nas medidas que protejam as vítimas de violência doméstica.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defendeu, ontem, a agilização das medidas de coação que visam a proteção das vítimas de violência doméstica. **“Quando a vítima pede proteção não pode esperar”**, defendeu Daniel Cotrim da APAV, referindo que grande parte dos homicídios de mulheres que denunciaram agressões por parte dos companheiros ocorre depois do pedido de proteção.



Violência doméstica. Marido da autarca de Rio Maior arguido por posse de arma

Daniel Cotrim escusou-se a comentar, **“por razões éticas”**, o caso da presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, que sexta-feira apresentou queixa por violência doméstica na PJ de Leiria, tendo o companheiro sido constituído arguido e ficado com termo de identidade e residência pela posse de duas armas ilegais.

Fonte próxima da autarca revelou, porém, ter ficado **“perplexa”** com a separação dos processos e a ausência de qualquer medida de coação que vise a proteção de Isaura Morais, como a proibição ao arguido da aquisição de armas e obrigação de afastamento.

O companheiro de Isaura Morais ficou detido na noite de sexta-feira, depois de, numa rusga a casa do casal, a PJ ter encontrado duas armas brancas e duas armas

de fogo ilegais, uma delas escondida, tendo sido ouvido sábado pelo juiz de instrução criminal de Peniche.

Depois de anos de **“violência física e tortura psicológica”**, a autarca decidiu sexta-feira apresentar queixa por, segundo a fonte, ter sentido a sua vida ameaçada. A fonte frisou que a autarca vai, **“como sempre fez até aqui”**, continuar a desempenhar os cargos públicos para que foi eleita, por entender que esta é uma questão da sua vida pessoal que em nada afeta as suas funções. Como exemplo apontou o facto de Isaura Morais ter estado presente na assembleia municipal de Rio Maior que se realizou sábado à tarde, antes de partir para um curto período de férias que já tinha programado.



ID: 31307784

03-08-2010

APAV defende agilização de medidas de proteção das vítimas de violência doméstica

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defendeu ontem a agilização das medidas de coação que visam a proteção das vítimas de violência doméstica.

“Quando a vítima pede proteção não pode esperar”, disse à agência Lusa Daniel Cotrim da APAV, referindo que grande parte dos homicídios de mulheres que denunciaram agressões por parte dos companheiros ocorre depois do pedido de proteção.

Daniel Cotrim escusou-se a comentar, “por razões éticas”, o caso da presidente da câmara municipal de Rio Maior, que sexta feira apresentou queixa por violência doméstica na Polícia Judiciária de Leiria, tendo o companheiro sido constituído arguido e ficado com termo de identidade

e residência pela posse de duas armas ilegais.

Fonte próxima da autarca disse à Lusa ter ficado “perplexa” com a separação dos processos e a ausência de qualquer medida de coação que vise a proteção de Isaura Morais, como a proibição ao arguido da aquisição de armas e obrigação de afastamento.

O companheiro de Isaura Morais ficou detido na noite de sexta feira, depois de, numa rusga a casa do casal, a PJ ter encontrado duas armas brancas e duas armas de fogo ilegais, uma delas escondida, tendo sido ouvido sábado pelo juiz de instrução criminal de Peniche, que determinou as medidas de coação.

Depois de anos de “violência física e tortura psicológica”, a autarca

decidiu sexta feira apresentar queixa por, segundo a fonte, ter sentido a sua vida ameaçada.

A fonte frisou que a autarca vai, “como sempre fez até aqui”, continuar a desempenhar os cargos públicos para que foi eleita, por entender que esta é uma questão da sua vida pessoal que em nada afeta as suas funções.

Como exemplo apon- tou o facto de Isaura Morais ter estado presente na assembleia municipal de Rio Maior que se realizou sábado à tarde, antes de partir para um curto período de férias que já tinha programado.

Isaura Morais (PSD) conquistou a câmara municipal de Rio Maior ao PS nas eleições autárquicas que se realizaram em outubro de

2009, depois de ter presidido à junta de freguesia de Rio Maior no mandato de 2005/2009.

O presidente da câmara municipal de Santarém, Francisco Moita Flores (independente eleito pelo PSD), declarou a sua solidariedade para com Isaura Morais, enaltecendo a sua coragem de mostrar às outras mulheres vítimas “que há um limite” e lamentando que o agressor tenha sido posto em liberdade.

De acordo com os últimos dados, apenas nove das 50 pulseiras eletrónicas compradas em dezembro último pelo Ministério da Justiça para os distritos de Coimbra e Porto para agressores de violência doméstica estão a ser utilizadas.



Gostamos



Com todos os alertas relativamente aos malefícios do sol (é verdade, parece que o tão desejado bronze é cada vez mais uma actividade radical), todo o cuidado é pouco. Por isso, melhor que protecção, é protecção com estilo. E estilo baratinho, de preferência. Este chapéu da **Primark** custa **3€** (sim, só três moedinhas) e é o acessório ideal para uns *boyfriend shorts* e um top básico.

Porque é Agosto, estão 30 graus à sombra e as pernas devem andar à mostra, este macacão em formato calções da **Lanidor** é uma peça indispensável. Seja na versão descontraída "vou para a praia de havaianas", seja com uns saltos poderosos à noite. **29,90€**



Quem já não passou pela vergonha de ter o

telemóvel a tocar e não o encontrar? É para resolver este drama que existem as *inbag* (**28 a 32€**). São malas com dezenas de divisórias para organizar a tralha toda que costuma andar espalhada nas malas. Depois é só agarrar nas argolas e transferir a *inbag* da carteira de hoje para a de amanhã. Disponível em www.inbag-shop.com.

A **BodyShop** começou a consciencializar as pessoas para o problema do tráfico sexual de crianças e jovens em 2009. Este ano vão mais longe. Este creme custa **5€**, três dos quais revertem para a APAV (Associação de Apoio à Vítima). Esta campanha vem associada a uma petição nacional a pedir passos legislativos no sentido de acabar com o problema do tráfico infantil.





ID: 31249205

22-07-2010

APAV lança campanha

“Se pode complicar, para quê facilitar?”

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lançou uma campanha que se designa “Se pode complicar, para quê facilitar?”, no âmbito do projecto Crimes Contra o Património. Esta campanha pretende reforçar a prevenção de crimes patrimoniais, o combate à criminalidade contra o património e o apoio às suas vítimas.

De acordo com dados do Ministério de Administração Interna (Relatório Anual de Segurança Interna) em 2008, a criminalidade patrimonial representou 57 por cento do total dos crimes reportados às Autoridades. No total, verificou-se um aumento de 14 por cento face a 2007.

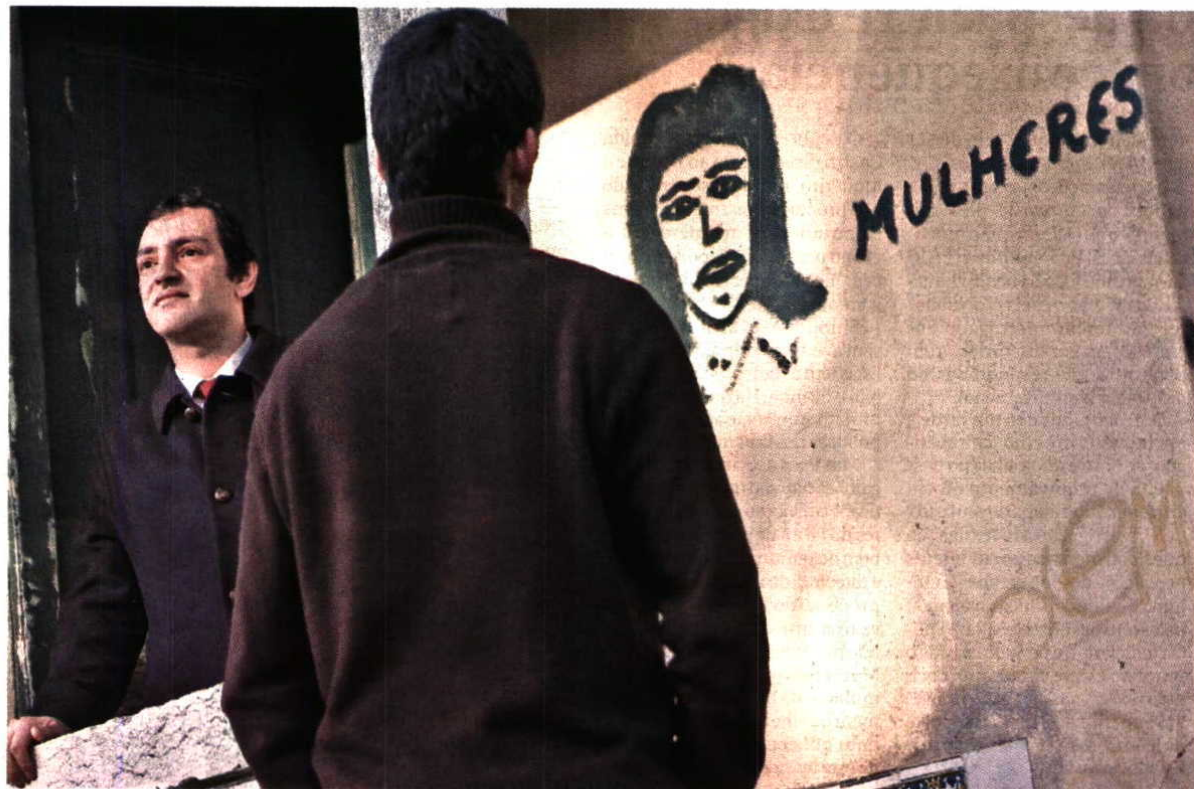
A APAV considera esta campanha importante para que a população adote comportamentos preven-

tivos no que diz respeito aos vários aspectos da segurança: na rua, nas zonas residenciais e de trabalho, nos transportes e áreas de acesso público, avaliação de risco, carjacking e homejacking. Não se pretende com isto aumentar o nível de alarme, mas sim o nível de protecção das pessoas.

Para combater o crime todos temos de colaborar. A redução do risco e o medo do crime diz respeito a todos: à polícia, a cada um de nós e às comunidades de que fazemos parte. O que teremos de fazer é tornar a vida difícil aos criminosos. No site www.complique.org irá encontrar informação essencial para o ajudar a contribuir para este combate ao crime à medida que se protege a si próprio e aos seus bens.

Alguns exemplos de prevenção

- Segurança Automóvel: Não deixar no veículo objectos à vista; Estacionar em locais vigiados sempre que possível.
- Carjacking: Aproxime-se do carro com a chave na mão. Olhe em redor e para o interior do carro antes de entrar nele. Mantenha sempre em todos os percursos as portas fechadas enquanto conduz.
- Segurança em Casa: Nunca deixe uma segunda chave escondida próximo da porta de entrada: os assaltantes reconhecem facilmente todos os esconderijos; Se sair à noite, corra os cortinados e deixe algumas luzes acesas ou um rádio ligado.
- Segurança Sénior: Mude as suas rotinas com frequência: é com as rotinas que os assaltantes contam. O assaltante de residências não corresponde à ideia de um ladrão sinistro que actua à noite, encapuzado, de cara coberta.
- Segurança Jovem: Mantém-te alerta! Não leves postos os auscultadores: isso irá impedir-te de prestares atenção ao que se passa à tua volta; Guarda o teu telemóvel separado do resto das tuas coisas para poderes usá-lo facilmente.
- Segurança de carteira/Documents: Em caso de furto ou roubo de cartões bancários, deve contactar de imediato a entidade emissora dos cartões de crédito ou de débito. Guarde os cheques num lugar seguro e evite tê-los junto a documentos de identificação como o BI ou carta de condução.



Sem apoios por morte da mãe

CASO Rosário tinha 39 anos quando foi morta à facada pelo ex-marido, a 5 de Junho de 2007. Os filhos, de 20, 13 e 10, respectivamente, esperam desde Novembro uma indemnização. Os avós e o tio, com quem vivem, entraram com um processo pelo filho maior e outro pelos menores e, depois de uma visita da comissão, não tiveram notícias. O agressor foi considerado inimputável e sujeito ao internamento psiquiátrico, entre três e 20 anos. Teve a primeira saída precária em Julho. "Não temos apoio, nem social nem económico. Além desta justiça vergonhosa, a única coisa que recebemos foi uma notificação de penhora dos bens para pagar as custas do julgamento do criminoso por este ter sido absolvido e que, naturalmente, ainda não pagámos. E continuamos à espera de resposta para um processo que se devia concluir em três meses. É a nossa justiça", revolta-se Luís Leal de Oliveira, o irmão da vítima (na foto).

VASCO NEVES-ARQUIVO DN

Vítimas de crimes violentos sem indemnização por falta de juiz

Comissão. Presidente durante 12 anos da estrutura que avalia apoios saiu há sete meses e ainda não foi substituído

CÉU NEVES

O juiz desembargador Caetano Duarte deixou a Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes a 1 de Janeiro, não foi substituído e os processos pararam, deixando de ser atribuídos apoios monetários. O Ministério da Justiça (MJ) não revela quantos estarão pendentes, mas estes poderão ultrapassar os 150 tendo em conta a média de pedidos nos últimos dois anos. Os valores médios das indemnizações têm variado entre os 12 mil e os 14 mil euros.

A Comissão deixou de funcionar no primeiro dia de 2010, quando entraram em vigor as alterações legislativas (lei n.º 104/2009), a especificar que os adiantamentos por parte do Estado também incluem a violência doméstica e alargando o seu âmbito aos danos morais, mas ainda falta a sua regulamentação.

"Estava numa comissão de serviço há 12 anos e achei que era altura de sair, até porque quando se permanece muito tempo num lugar corre-se o risco de cristalizar", justificou ao DN Caetano Duarte, que regressou ao Tribunal da Relação de Lisboa.

Não foi substituído, e nas instalações onde tem funcionado a Comissão apenas se encontra uma funcionária que atende os telefones e recebe os requerimentos.

Têm vindo a aumentar os pedidos de vítimas de crimes de violência doméstica graves, revela Caetano Duarte, representando um terço dos mais de cem que deram entrada em 2009.

Os responsáveis do MJ não indicam quantos processos estão pendentes, embora o juiz desembargador tenha deixado os dados de 2008 e 2009. Durante o primeiro semestre de 2008, entraram 65 requerimentos e, como reconhece o único juiz que presidiu à Comissão, "os pedidos têm vindo a aumentar". Em 2006, deram entrada 61 e, em 2007, 76. A Comissão deu parecer positivo a 35 em 2007, com uma indemnização média de 12 402 euros. No ano anterior tinham atribuído apoio em

37 casos, com a média unitária de 13 957 euros.

A percentagem de pedidos de indemnização em Portugal continua aquém da média da UE. Caetano Duarte estima que existam entre 1500 e 2000 vítimas de crimes violentos por ano, o que dará uma média de 10% de requerimentos de apoios monetários.

"Portugal está na cauda da Europa nos pedidos, o que só revela falta de informação", diz Frederico Moyano Marques, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.



Caetano Duarte regressou ao Tribunal da Relação

Luís Leal de Oliveira, irmão de uma vítima morta pelo ex-marido (ver caso), diz-se revoltado com a aplicação da justiça. Ele e os pais continuam com tutela provisória dos menores e esperam a decisão sobre os pedidos que entraram em Novembro. "Tentámos durante estes três anos criar um novo núcleo familiar que possibilitasse paz e tranquilidade às principais vítimas

NÚMEROS

MULHERES

► **Mortes** Janeiro começou com o registo de uma mulher morta a tiro pelo ex-companheiro e estão já noticiados 17 homicídios

HOMENS

► **Agressores** Eles são, em regra, quem comete o crime, existindo o registo de quatro homens vítimas mortais de violência doméstica

2009

► **Diminuição** Observatório das Mulheres assassinadas tem 29 mortes, menos que 17 em 2008

A LEI

CRIMES

► **Violentos** As vítimas de violência doméstica já estavam abrangidas pela indemnização, mas o legislador achou por bem clarificar

ÂMBITO

► **Vítimas** Quem sofreu danos graves para saúde física ou mental resultantes de actos de violência

MONTANTES

► **Adiantamento** A indemnização concedida pelo Estado não deve exceder os 30 mil euros

PRAZO

► **Pedidos** Para pedir indemnização, as vítimas têm um ano a contar da data dos factos, podendo ser alargado se houver justificação

secundárias desta tragédia, mas sentimos que é um trabalho inglório. Temos apenas tutela provisória dos mais novos, e que está pendente de um relatório do Instituto de Reinserção Social relativamente ao homicida, mas, uma vez que já teve uma saída precária, calculo que referenciará a sua milagrosa recuperação e a partir daí nos seja retirada a respectiva tutela."



ID: 31336653

05-08-2010

Falta de juiz deixa vítimas de violência sem indemnizações há nove meses

Comissão. Caetano Duarte presidia à estrutura havia 12 anos e cessou funções em Janeiro. Há mais de 150 casos à espera

O juiz desembargador Caetano Duarte deixou a Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes dia 1 de Janeiro e os processos estão parados desde então. Os responsáveis

do Ministério da Justiça ainda não indicaram um substituto para aquele que foi o presidente da Comissão durante 12 anos e calcula-se que existam mais de 150 pedi-

dos de indemnização sem resposta. Há vítimas de crimes violentos, nomeadamente no âmbito da violência doméstica, que esperam uma decisão sobre este adianta-

mento do Estado há mais de nove meses, quando deveria demorar três. As indemnizações atribuídas têm um montante máximo de 30 mil euros, sendo que a média dos

apoios monetários concedidos varia entre os 12 mil e os 13 mil euros. Os pedidos de ajuda têm aumentado, ultrapassando os cem em 2009.

ACTUAL PÁG. 4



ID: 31368972

07-08-2010

Técnicos de apoio à vítima pedem medidas e aplicação das existentes

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Há mais queixas, mas não garantem segurança à vítima. Elza Pais pede aos juízes para aplicarem pulseira electrónica

Maria de Fátima Ramos, 51 anos, foi morta quinta-feira com sete facadas do marido. Já tinha apresentado queixa, o que não foi suficiente para impedir o homicídio. O agressor, Álvaro Ramos, encontrava-se a ser ouvido pelo Ministério Público à hora de fecho desta edição e, segundo o DN noticiou, estava com vigilância electrónica por "agressões a um segurança".

Foi a terceira vítima mortal de violência doméstica esta semana num total de 23 este ano, segundo

as contas de Helena Pinto, deputada do BE. "As vítimas de violência doméstica queixam-se cada vez mais, os vizinhos também já denunciam os casos, mas falham as medidas para afastar o agressor e muitas dessas mulheres são mortas", protestam os dirigentes das associações de apoio. E a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, apela aos magistrados para que decretem o uso da pulseira electrónica.

"Foram compradas 50 pulseiras electrónicas e poderemos comprar mais se for necessário. E, apenas, estão a ser usadas nove. Os magistrados têm que utilizar mais esta medida de protecção da vítima, mesmo aqueles que não se encontram nas regiões de Coim-

bra e Porto", apela Elza Pais.

Maria José Magalhães, presidente da União das Mulheres Alternativas e Resposta (UMAR), é uma das dirigentes associativas a criticar os magistrados por não aplicarem as medidas existentes. "Não há uma efectiva protecção da vítima e bastava aplicar a lei nº 112/2009 para garantir a sua segurança", defende a dirigente da UMAR, a associação responsável pelo Observatório das Mulheres Assassinadas. Prevê-se a aplicação de "medidas de coacção urgentes" no prazo máximo de 48 horas após o agressor ser constituído arguido.

"Os magistrados têm que avaliar o risco deste tipo de violência de forma mais realista, ainda avaliavam estas situações com muita to-

lerância. Se uma pessoa estiver a agredir num banco, tomam medidas para impedir a continuação do acto não fazem isso quando um homem agredir a mulher", diz Maria José Magalhães.

Para Carla Amaral, dirigente da APAV, deveriam existir medidas para afastar o agressor logo que a vítima se queixa e independentemente de existir um processo crime. "Uma pessoa chega à APAV dizendo que o companheiro ou ex-companheiro a tentou matar e não existe nada que possamos fazer para garantir a sua segurança", sublinha a responsável pela Unidade de Apoio à Vítima Imigrante. A solução é encontrar uma casa de abrigo para a mulher "se esconder". "Deviam existir estruturas de apoio independentemente da queixa crime, um processo que leva muito tempo a ser concluído. A vítima não tem esse tempo", argumenta Carla Amaral. C.N.



Another woman killed in act of domestic violence



A 37-year-old woman was killed in Amadora this week following an outburst of domestic violence during which a 45-year-old man brutally stabbed the victim in the chest before turning himself over to police.

So far this year 14 people have lost their lives due to domestic violence.

At around 15h45 Monday afternoon the Amadora killer walked in to a Mina police station to confess his crime. A short while later the woman's body was retrieved by police.

Just hours earlier a similar incident had taken place in Vila Nova de Famalicão, where PJ police officers detained a 55-year-old man who had punched, attempted to strangle and stab a female victim believed to be his wife.

Both suspects were heard in court this week.

Domestic violence was, in parts of the country earlier this week, a much discussed topic after news broke last Friday that the Mayor of Rio Maior, Isaura Morais, had made an official complaint against her long-term ex-partner.

PJ police found two old firearms and two other weapons during a raid carried out on Mayor Morais' ex-partner's residence.

The man was detained and later released on Saturday, after having been indentified.

"When the victim asks for protection it cannot wait" said Daniel Cotrim, Portuguese Victim Support Association APAV, speaking to Lusa News Agency.

Complaints concerning lack of protection for victims of domestic violence are frequent amongst rights activists.

In Oporto and Coimbra a new programme was recently introduced to keep attackers away from their victims by tagging them with electronic bracelets. Fifty new bracelets were bought in December last year for the purpose.

Last month it was reported that, since the beginning of the decade, the number of cases of domestic violence being reported to police in Portugal have risen year-on-year by 11.3 percent.

This was recently confirmed by State Secretary for Equality Elza Pais, who announced "Since 2000 the number of complaints has risen, on average, by 11.3 percent" each year.

Mrs. Pais believes this is an indication that "women are overcoming their shame".

"Today, without a doubt, victims are gaining the ability to speak out and shun the silence that for many, many years prevented them from reporting their attackers", she stressed.

The State Secretary added that the Government "is undertaking a fight without a truce" against domestic violence, with "544 projects" to tackle the issue currently being in place from the north to south of Portugal.

Elza Pais elaborated that a new plan against domestic violence "is ongoing", should be implemented at the beginning of 2011, and is expected to last for three years.

Last year 29 women were murdered through domestic violence.



A homage of silhouettes to the victims of domestic violence promoted by the City Hall of Marco de Canavezes in July 2006. (Photo: Lusa / Estela Silva)

**Violência Doméstica:**

Aumentou número de casos em que já tinha sido feito denúncia

O número de casos de mulheres assassinadas em que já tinha sido feita uma ou mais denúncias tem aumentado, o que revela que há uma falha na avaliação do risco, denunciou a União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Contactada pela Agência Lusa, a propósito dos mais recentes casos de violência doméstica e de mulheres assassinadas, a presidente da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) disse não entender que haja um aumento no número de casos registados, mas apontou outra realidade.

"O que nós encontramos neste casos são mais mulheres que já fizeram queixas. Uma delas até já tinha feito cinco queixas. Há um aumento do número de casos em que houve queixas quer da própria vítima, quer da vizinhança", revelou Maria José Magalhães.

No entender da presidente da UMAR tem falhado a avaliação do risco.

"As instituições avaliam o risco deste tipo de violência como uma violência leve. Registam a queixa e ficam à espera que as coisas se resolvam e das duas uma, ou a senhora foge e vai para uma casa abrigo ou ninguém faz nada", criticou.

Maria José Magalhães lembrou que a lei já prevê vários mecanismos de afastamento e de coação urgente do agressor, estando até já previsto não ser necessário apanhar o agressor em flagrante delito, mas criticou o poder judicial por não avaliar corretamente o nível de risco das vítimas.

"Na maioria das situações o poder judicial, e é o poder judicial que manda nas forças de segurança, tem avaliado este risco como um risco menor, como uma violência leve e ao avaliar como uma violência leve as consequências podem ser fatais", alertou.

"Esses casos vão sucedendo porque há mecanismos de prevenção do risco que não são efetivos do ponto de vista de proteger as vítimas dos agressores", defendeu.

No entender de Rui Abrunhosa Gonçalves, proteger a vítima não passa por afastá-la, mas sim por controlar o agressor.

"Estes agressores mais violentos são geralmente indivíduos que associam problemas de doença mental ou de perturbação da personalidade a consumos de substâncias, nomeadamente álcool, e quando se juntam estes fatores temos um elevado risco para acontecimento de homicídios conjugais", apontou.

VIDA REAL Isaura Morais viveu 5 anos de inferno

Autarca ACUSA NAMORADO de tortura

EM Rio Maior todos ficaram chocados quando, no final da semana passada, a autarca local apresentou queixa do namorado por violência doméstica. Isaura Morais, 44 anos, vivia com Alexandre Fonseca há cinco anos e sofria agressões físicas e psicológicas praticamente desde o início da relação. Depois de anos de sofrimento, a presidente da câmara decidiu separar-se e foi aí que terão começado as ameaças de morte. A situação tornou-se insustentável e, num acto de coragem, Isaura Morais decidiu pedir ajuda às autoridades. Culta, independente e poderosa, ninguém imaginaria à partida que pudesse ser vítima deste tipo de tratamento durante tanto tempo. A verdade é que a violência doméstica não afecta apenas mulheres mais

A presidente da câmara de Rio Maior alega ter sido vítima de **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. Um acto de coragem contra um flagelo que não escolhe estatuto social.

desprotegidas. Este caso vem chamar à atenção para uma realidade sentida por milhares de mulheres em Portugal. Só no ano passado, a APAV (Associação de Apoio à Vítima) contabilizou 18 669 crimes, dos quais 90 por cento se referem a casos de violência doméstica.

PSP VAI PROTEGÊ-LA DO EX-NAMORADO

As suspeitas de violência adensavam-se há já bastante tempo. As marcas no corpo

eram frequentemente justificadas com quedas e pequenos acidentes. Alexandre Fonseca foi constituído arguido e vai aguardar julgamento, indiciado pelo crime de violência doméstica, com termo de identidade e residência. A Polícia Judiciária fez buscas na casa do casal e encontrou pelo menos duas catanas e outras tantas armas de fogo ilegais.

Depois da denuncia, Isaura Morais foi de férias e ninguém da autarquia se mostrou dispo-

Daniel Cotrim da APAV

“ESTES CASOS AJUDAM OUTRAS MULHERES A ROMPER SILÊNCIO”

O assessor técnico da direcção da APAV não tem dúvidas. A violência doméstica não olha a questões sociais, culturais ou religiosas. É um problema transversal à sociedade que não escolhe o perfil da vítima, como este caso tão bem comprova. Sem querer comentar directamente ao caso de Isaura

Morais, Daniel Cotrim acredita que a divulgação desta notícia pode ter um efeito positivo. “Todas as situações que chegam à comunicação social são importantes. Estes casos ajudam outras mulheres a romper silêncio e o silêncio é o maior colaborador do agressor nestas situações”, garante.



As autarca chegou a sofrer ameaças de morte quando decidiu separar-se do namorado

PERFIL DA VÍTIMA

Embora o flagelo da violência doméstica não escolha classe nem situação social, é possível afirmar que grande parte das vítimas são mulheres entre os 36 e os 45 anos, casadas, empregadas e com um nível de escolaridade que não ultrapassa o ensino secundário. Quanto aos agressores, esses são maioritariamente do sexo masculino, têm entre 36 e 45 anos, trabalham na indústria e dependem do álcool. É importante referir que cerca de 7,5 por cento tem antecedentes criminais.

NÃO SOFRA MAIS!

Se é ou já foi vítima de maus-tratos não fique calada, nem aceite que tal comportamento fique impune. A lei protege e reconhece os seus direitos e põe à sua disposição mecanismos de defesa. Saiba como agir!

- Ainda que não haja sinais externos deve recorrer ao hospital local para ser observada
- Deve apresentar queixa contra o agressor na esquadra de polícia mais próxima ou directamente ao tribunal
- Peça sempre um comprovativo desta queixa
- Se recear pela sua integridade física pode sair de casa
- Deixar a casa em consequência de maus-tratos não prejudica o direito de ficar com os filhos, de pedir alimentos ao cônjuge, bem como o direito aos bens do casal no caso de vir a divorciar-se

nível para comentar. O que se sabe é que, apesar do receio de algum acto de vingança, a presidente da câmara de Rio Maior retomará funções quando regressar. A autarca já terá pedido protecção, uma benesse que pode ser requerida por qualquer

vítima de violência doméstica, quando há suspeitas de retaliações por parte do agressor. Qualquer mulher tem direito a esse tratamento, mas por se tratar de um membro da administração local, as autoridades vão acelerar o processo. **A**

VIÚVA AOS 33 ANOS

De origens humildes, Isaura Morais subiu a pulso até se tornar presidente da câmara de Rio Maior. Filha de pais agricultores, estudou à noite e tirou uma pós-graduação em Gestão de Marketing. Em 2001, inscreve-se no PSD e torna-se candidata à câmara em 2009. Vence as eleições com maioria absoluta e destrona Silvino Sequeira, um autarca que estava no poder há 24 anos. A nível pessoal, a vida de Isaura Morais ficou marcada pela morte do marido em 1999. António José Bernardino Morais, um vereador respeitado na região, faleceu vítima de leucemia. Viúva aos 33 anos, teve de criar sozinha a filha.

Agilizar medidas de protecção das vítimas



APAV defende a agilização das medidas de coacção que visam a protecção das vítimas de violência doméstica

LUSA
Açoriano Oriental

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defendeu ontem a agilização das medidas de coacção que visam a protecção das vítimas de violência doméstica.

"Quando a vítima pede protecção não pode esperar", disse Daniel Cotrim da APAV, referindo que grande parte dos homicídios de mulheres que denunciaram agressões por parte dos companheiros ocorre depois do pedido de protecção.

Daniel Cotrim recusou-se a comentar, "por razões éticas", o caso da presidente da câmara municipal de Rio Maior, que sexta-feira apresentou queixa por violência doméstica na Polícia Judiciária de Leiria, tendo o companheiro sido constituído arguido e ficado com termo de identidade e residência pela posse de duas armas ilegais.

Fonte próxima da autarca disse à Lusa ter ficado "perplexa"

com a separação dos processos e a ausência de qualquer medida de coacção que vise a protecção de Isaura Moraes, como a proibição ao argo da aquisição de armas e obrigação de afastamento.

O companheiro de Isaura Moraes ficou detido na noite de sexta-feira, depois de, numa rusga a casa do casal, a PJ ter encontrado duas armas brancas e duas armas de fogo ilegais, uma delas escondida, tendo sido ouvido sábado pelo juiz de instrução criminal de Peniche, que determinou as medidas de coacção.

Depois de anos de "violência física e tortura psicológica", a autarca decidiu sexta-feira apresentar queixa por, segundo a fonte, ter sentido a sua vida ameaçada.

A fonte frisou que a autarca vai, "como sempre fez até aqui", continuar a desempenhar os cargos públicos para que foi eleita, por entender que esta é uma questão da sua vida pessoal que em nada afecta as suas funções.

Como exemplo apontou o facto de Isaura Moraes ter estado

presente na assembleia municipal de Rio Maior que se realizou sábado à tarde, antes de partir para um curto período de férias que já tinha programado.

Isaura Moraes (PSD) conquistou a câmara municipal de Rio Maior ao PS nas eleições autárquicas que se realizaram em Outubro de 2009, depois de ter presidido à junta de freguesia de Rio Maior no mandato de 2005/2009.

O presidente da câmara municipal de Santarém, Francisco Moita Flores (independente eleito pelo PSD), declarou a sua solidariedade para com Isaura Moraes, enaltecendo a sua coragem de mostrar às outras mulheres vítimas "que há um limite" e lamentando que o agressor tenha sido posto em liberdade.

De acordo com os últimos dados, apenas nove das 50 pulseiras electrónicas compradas em Dezembro último pelo Ministério da Justiça para os distritos de Coimbra e Porto para agressores de violência doméstica estão a ser utilizadas.

Pizarro garante que "não haverá rupturas" nos serviços de saúde

O secretário de Estado da Saúde admitiu ontem que possam ocorrer pontualmente algumas dificuldades de atendimento nos serviços de saúde, mas assegurou que "não haverá rupturas".

"Podem surgir dificuldades transitórias, pela reforma ou por quaisquer outros motivos em relação a profissionais de saúde", mas "serão criadas alternativas, nomeadamente recorrendo a funcionários que desenvolvem tarefas de retaguarda que já não se justificam", disse Manuel Pizarro.

Na edição de ontem, o *Diário de Notícias* refere que há serviços de saúde sem funcionários para atender os doentes, citando o caso do centro pneumológico de Venda Nova mas o secretário de Estado frisou que, em geral, não existem no sector "carências significativas" no que se refere a auxiliares e administrativos.

"Estamos a fazer uma alocação dos profissionais àquilo que é essencial, que é os serviços de atendimento ao público. Ainda hoje temos um número que con-

sideramos um pouco excessivo de profissionais a fazer tarefas de retaguarda que não se reflectem na qualidade do serviço ao público. O que estamos a fazer é o que os portugueses querem que nós façamos, ou seja, estamos a ser rigorosos na forma como organizamos os recursos", acrescentou. E deu o caso dos serviços na área da tuberculose: "A realidade é que se assistiu a uma acentuada diminuição de casos de tuberculose que porventura faz com que não seja necessário ter os serviços com a dimensão que tivemos quando tínhamos de tratar o dobro ou o triplo de casos".

Admitiu, contudo, que possa existir "uma ou outra situação que necessite de ser corrigida" o que considerou "natural" tendo em atenção a existência de 2500 locais de atendimento de doentes no país.

O secretário de Estado Adjunto e da Saúde falava no final da assinatura de um acordo de colaboração de cedência de terrenos com a Junta de Freguesia de Campo, concelho de Valongo.



Pizarro admite algumas dificuldades mas garante que serão criadas alternativas

Mostra sobre lince ibérico

Uma mostra de fotografias do felino mais ameaçado do mundo, o lince ibérico, captadas pelo fotógrafo espanhol Andoni Canela está patente ao público desde ontem no Castelo de Silves ao abrigo de um projecto luso-espanhol. Na exposição "Terra de Lince" será possível observar imagens raras e espontâneas de lince ibérico no seu habitat natural, cuja população estimada em 2009 não excedia os 225 indivíduos, presentes quase exclusivamente em Espanha.

Uma parte das fotografias estará exposta no exterior do castelo em grandes telas fotográficas, enquanto as restantes estarão



Lince no centro de reprodução de Silves

dispostas ao longo das suas três torres, informa em comunicado a empresa Águas do Algarve, que integra o projecto Iberlince.

Com algumas detecções esporádicas em Portugal, o declínio populacional do lince ibérico está relacionado com a diminuição das populações de coelho bravo, a sua presa predilecta, e a perda de habitat.

Se há pouco mais de vinte anos, em 1988, a população daqueles felinos rondava os 1200 indivíduos, em 2005 baixou para os 200, mas a implementação de diversas acções de conservação está a inverter a tendência, diz a Águas do Algarve.

Fórum Fantástico regressa a Lisboa em Novembro

O Fórum Fantástico, um encontro dedicado à ficção científica e ao fantástico, é retomado em Novembro, depois de um ano de pausa, com a presença de vários escritores, como Afonso Cruz e o norte-americano Peter V. Brett.

A quinta edição do Fórum Fantástico, organizada pela associação Érica, decorrerá de 12 a 14 de Novembro na biblioteca municipal de Telheiras, em Lisboa. O incentivo à produção e estudo do género fantástico e o contacto entre criadores, editores, críticos e público são dois dos motivos pelos quais o en-

contro se tem realizado anualmente em Lisboa, refere a organização.

Em 2009, o fórum foi cancelado por, entre outras razões, falta de apoios financeiros.

Este ano é retomado com a presença confirmada do escritor Peter V. Brett, autor da série "A Noite dos Demónios".

O autor britânico Stephen Hunt estará em Lisboa para apresentar "A corte do ar", história passada no século XIX durante as guerras napoleónicas, no primeiro de uma série de subgéneros "steampunk".

ALEGAÇÕES FINAIS

“As vítimas procuram a Apav para ter apoio multidisciplinar”

ANA BELA FERREIRA

A Apav (Associação de Apoio à Vítima) divulgou ontem que em dez anos foram registados 1121 crimes sexuais contra crianças. Seis mil denunciaram os crimes à associação. Estes crimes estão a aumentar ou resultam de mais denúncias? Espero que esta seja uma situação que resulte do facto de as pessoas estarem mais atentas. Há uns anos o País despertou mais para este tipo de crimes. Estes crimes deixaram de estar no seio de quatro paredes de casa e as pessoas preocupam-se com isto e denunciam. **Surpreende-o que tantas pessoas tenham decidido recorrer à Apav para denunciar este tipo de crimes?**

As pessoas recorrem à Apav em busca de um apoio que as oriente. A procura das pessoas por este tipo de instituições deve-se a mérito próprio e não demérito das autoridades. Depois, estas instituições ganharam, e bem, muita visibilidade e as pessoas sentem que podem confiar nelas. **Tem casos no Tribunal de Família e Menores do Barreiro de pessoas que recorreram à Apav?**

Sim. Nos casos que me chegam ao tribunal, as vítimas referem que procuraram a Apav para ter um apoio multidisciplinar. Não só querem denunciar o crime, como também receber apoio e indicações do que fazer a seguir. Este tipo de associações funcionam



ANTÓNIO FIALHO

Juiz do Tribunal
de Família e Menores
do Barreiro

“

Este tipo de associações funcionam como um recurso familiar (...). Normalmente a criança vítima vai acompanhada pelo adulto que também é vítima de violência doméstica”

também como um recurso familiar, pelo menos dos casos que conheço. Normalmente a criança vítima vai acompanhada pelo adulto que também é vítima de violência doméstica. Por norma não são só as crianças que são vítimas em casa.

Na sua percepção, tem aumentado o número de crianças vítimas de abusos sexuais?

O que se verifica é um fenómeno recente, de há dois ou três anos, que está ligado às disputas de guarda e divórcio e que se refere a falsas acusações de abusos sexuais. As pessoas denunciam abusos que não são reais, o próprio Instituto de Medicina Legal já alertou para este fenómeno.

A Apav divulgou também os números de bullying. Ao contrário dos restantes crimes, as denúncias têm vindo a aumentar. É um aumento esperado?

O bullying é um fenómeno mais recente e só há poucos anos as pessoas começaram a entendê-lo como algo que podiam denunciar. Mas é provável que os números ainda aumentem porque é cada vez maior a tendência para acabar com as cifras negras (casos desconhecidos) deste tipo de violência. Mas as denúncias também dependem da dinâmica escolar em relação a estes casos. Já a experiência que tenho destes casos em tribunal está ligada a outros casos mais graves. Quando chegam aqui já cometeram outro tipo de infracção.

Mais noticiário nas pág. 11



700 crianças abusadas na família

Década. APAV registou 1121 crimes sexuais contra menores. Em dez anos, 5917 crianças procuraram a associação

ANA BELA FERREIRA

Duas meninas gémeas de 14 anos foram abusadas sexualmente pelo pai, durante dois anos, até que elas decidiram denunciar o caso na escola. A Comissão de Protecção de Menores retirou-as da família, residente em Valongo. A situação foi denunciada em 2009, ano em que chegaram à APAV (Associação de Apoio à Vítima) 49 denúncias de abusos sexuais e violações a crianças cometidas por familiares. Em dez anos, a APAV registou 1121 crimes sexuais contra menores. A maioria - 708 - aconteceu no seio da própria família.

A Associação divulgou ontem os números de crimes registados de 2000 a 2009, cometidos contra menores. Ao todo, recorreram aos serviços da APAV 5917 crianças, até aos 17 anos. E foram registados 9067 crimes.

Segundo a Associação de Apoio à Vítima, o aumento de queixas em relação a crimes sexuais é um dos crimes mais cometidos contra crianças. "É um tipo de criminalidade ao qual temos de estar muito atentos e agir com muito rigor na prevenção", explica a presidente da APAV, Joana Marques Vidal. Estes crimes, que incluem abusos sexuais e violações, tanto no seio familiar como fora, mostram ainda "alguns contornos especialmente preocupantes", alerta a associação.

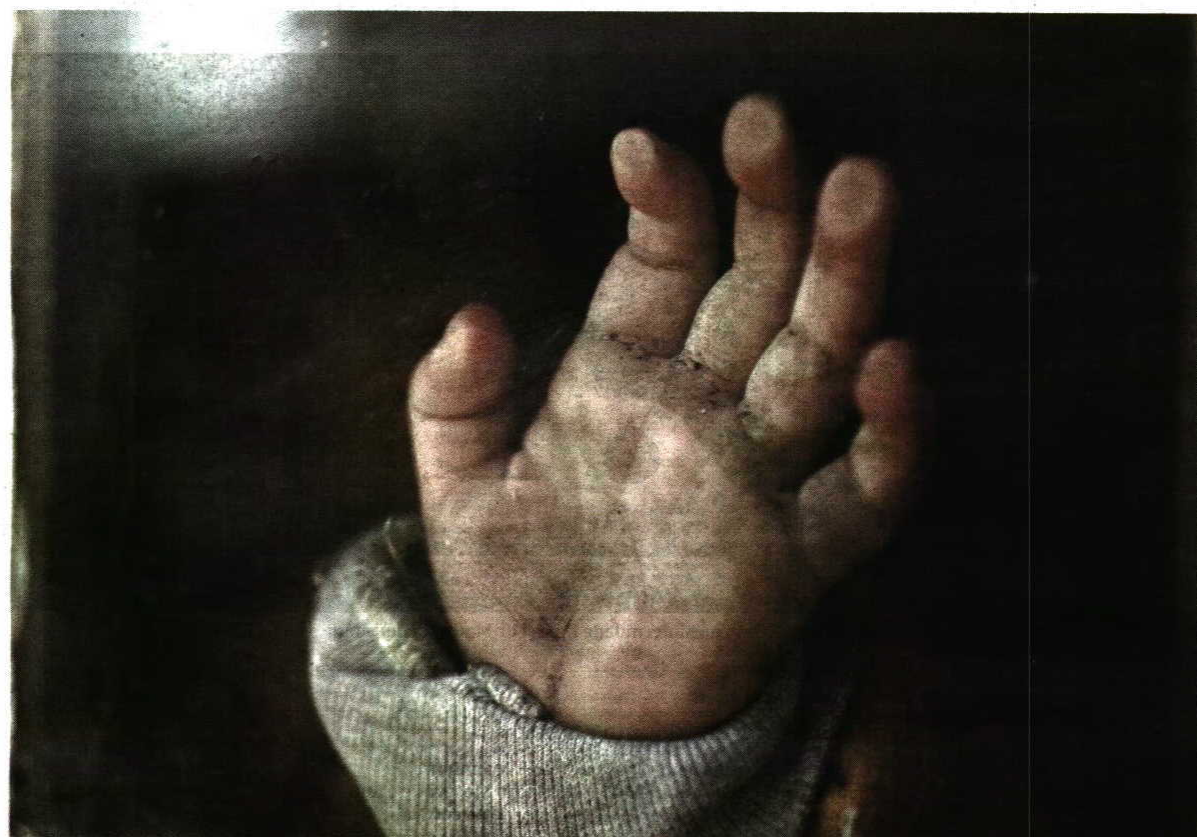
Como, por exemplo, "o facto de cada vez mais crianças com menos de quatro anos serem vítimas destes crimes e de cada vez mais crianças praticarem estes crimes contra outras crianças", refere o documento divulgado pela APAV. O aumento de casos de crianças vítimas de outras crianças leva Joana Marques Vidal a acreditar que é preciso "apurar este fenómeno para determinar a acção a seguir".

Entre os vários tipos de crime denunciados, os maus tratos físicos e psíquicos são os mais frequentes. Tanto no seio da família (violência doméstica), em que se registaram 4508 casos, como fora, em que se contabilizaram, em dez anos, 259 queixas de ofensas à integridade física.

A violência em contexto escolar, como o *bullying*, também foi registada pela APAV, que desde 2005 já contabilizou 102 crimes. O ano que registou mais queixas deste tipo foi 2009, com 33 denúncias.

A maioria das vítimas que pro-

De 2000 a 2009 a APAV registou 9067 crimes contra crianças



Abusos sexuais estão a aumentar em crianças com menos de quatro anos, denuncia APAV

HERNÂN PEREIRA/ARQUIVO DN

curaram a ajuda da APAV têm entre os 11 e os 17 anos e são do sexo feminino.

A dirigente da APAV reconhece que os números da década são "preocupantes", mas ao mesmo tempo lembra que não tem havido um aumento de casos. "Os números de denúncias resultam de duas vertentes: Há mais instituições a que as vítimas podem recorrer e as pessoas têm mais conhecimento dos meios à sua disposição. Há também uma maior sensibilização de toda a comunidade perante estes crimes que já não são tolerados", diz Joana Marques Vidal.

A mesma visão tem o director-geral do Instituto de Apoio à Criança (IAC). Manuel Coutinho lembra que, "embora ainda haja muitos crimes contra crianças, eles têm vindo a diminuir. Os números elevados significam que as pessoas estão mais atentas às situações que podem causar danos às crianças e existe também uma melhor quantificação desses casos, que antes permaneciam desconhecidos".

NÚMEROS

5917 CRIANÇAS

► **Vítimas** Em dez anos, recorreram à APAV 5917 crianças. As denúncias resultaram em 9067 crimes

708 ABUSOS SEXUAIS

► **Família** Dos 1121 crimes sexuais praticados contra crianças, 708 aconteceram no seio da família da vítima

DOS 11 AOS 17 ANOS

► **Idade** Entre as vítimas, 3131 tinham de 11 a 17 anos. Maioria é do sexo feminino

102 CRIMES NA ESCOLA

► **'Bullying'** Desde 2005 até 2009 registaram-se 102 crimes cometidos em contexto escolar. Em 2009 houve 33 denúncias de *bullying*

2536 MAUS TRATOS

► **Violência** Maioria das crianças vítimas sofre maus tratos psicológicos de familiares. Os maus tratos físicos são o segundo crime mais cometido (1972)

Dois mil pais agredidos pelos filhos em seis anos

ANÁLISE De 2004 a 2009, a APAV registou 2360 crimes de violência doméstica contra os próprios pais. Vítimas têm mais de 65 anos

Entre as 6682 vítimas de violência doméstica que contactaram a Associação de Apoio à Vítima (APAV) em seis anos, 8% foram agredidas pelos próprios filhos. A análise dos dados ontem publicada no *sítio* da associação, mostra que de 2004 a 2009, foram vítimas dos filhos 2360 pais.

Os homens são a maioria dos agressores e as mulheres as vítimas mais comuns. O ano em que se registaram mais casos foi 2008 (538), descendo em 2009 para 532 casos de violência doméstica contra os pais.

As vítimas têm mais de 65 anos e os agressores entre os 26 e os 35. Os maus tratos psíquicos são o crime mais comum, com 1847 denúncias feitas. No total, foram registados 5375 crimes, entre os

quais nove de carácter sexual.

Para a APAV, a solução para este tipo de crimes passa pela prevenção e sensibilização das populações. Neste sentido, a presidente da associação sublinha a importância dos programas que têm no terreno. Quer seja no combate à violência doméstica, como de crimes que envolvam crianças.

"Além do atendimento e apoio que prestamos às vítimas, a APAV está envolvida em vários programas e projectos e vamos continuar a apostar na sensibilização e informação", adianta Joana Marques Vidal. E acrescenta: "O contacto fácil é bastante importante, bem como envolver as vítimas na elaboração de programas que são feitos para elas".

Neste momento, a APAV tem no terreno actividades como o Projecto IUNO, sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual ou o Projecto Musas, para profissionais que lidam com crianças vítimas de crimes em contexto escolar.

Crime (O)

26-08-2010

Tiragem: 25000

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 32

Cores: Cor

Área: 9,34 x 2,87 cm²

Corte: 1 de 1

**1.121 abusados**

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) registou 1.121 casos de abuso sexual de menores ao longo dos últimos 10 anos, em Portugal. Cerca de 700 destes casos referem-se a abusos praticados na própria família.



ID: 31532429

20-08-2010

APAV detecta e denuncia crimes contra crianças em Braga

Francisco de Assis

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) continua a apoiar crianças vítimas dos mais diversos crimes. O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga também tem detectado e denunciado crimes cometidos contra crianças no concelho e no distrito de Braga, bem como no distrito de Viana do Castelo.

A informação foi prestada ontem ao *Diário do Minho* por Teresa Sofia Silva, responsável pelo GAV de Braga, na sequência da divulgação de dados nacionais sobre maus tratos a crianças, incluindo abuso sexual.

De acordo com a gestora deste gabinete, ao longo dos anos, foram prestados apoios a várias crianças vítimas de crimes relacionados com violência doméstica, incluindo pedofilia. «Temos várias crianças vítimas de violência doméstica directa ou indirectamente. Ou seja, umas vezes são atingidas directamente outras vezes sofrem na sequência da violência que existe em casa envolvendo os pais», disse.

Teresa Sofia confirma que a APAV tem detectado e denunciado crimes de abusos sexuais cometidos sobre crianças, sobretudo no seio familiar. «Quando detectamos casos destes, por um lado, agimos sobre a criança, dando-lhe apoio psicológico; por outro, denunciemos os abusadores à Polícia e ao Ministério Público».

No entanto, reconhece a dificuldade na denúncia, tendo em conta que muitas vezes



Teresa Sofia denuncia violência infantil no seio familiar

faltam provas concretas para condenar um pedófilo dentro de casa.

Esta responsável admite que, depois da denúncia, muitas vezes perdem o rasto do caso, enquanto esperam pela justiça.

APAV mostra dados que impressionam

Em comunicado colocado no site da APAV, pode ler-se que há 20 anos que a instituição apoia crianças vítimas de crime. E só na última década recorreram à APAV quase seis mil crianças.

De acordo com responsáveis, dados estatísticos apurados pela APAV ao longo da última década e do trabalho realizado pela associação nesta área ressaltam uma série de realidades que importa des-

taçar: «as quase 6.000 crianças apoiadas pela APAV reportaram um total de cerca de 9.000 crimes; o número de crianças do sexo feminino vítimas de crimes foi sempre claramente superior ao número de crianças do sexo masculino; a idade das crianças vítimas apoiadas pela APAV situa-se maioritariamente entre os 11 e os 17 anos».

Ainda segundo o comunicado, foram reportados à APAV mais de mil crimes sexuais praticados contra crianças: «esta é uma realidade com alguns contornos especialmente preocupantes, como sejam o facto de cada vez mais crianças com menos de quatro anos de idade serem vítimas destes crimes, cada vez mais crianças praticam estes crimes contra ou-

tras crianças e cada vez mais a internet é um meio utilizado para a perpetração deste tipo de criminalidade, o que dificulta enormemente o despiste e a investigação».

A instituição realça também o número de crimes praticados contra crianças em contexto escolar, o chamado bullying, reportados à APAV vem também aumentando, o que reflecte a maior visibilidade que este tipo de ocorrências ganhou nos últimos anos.

Os técnicos mostram que cada vítima reage à experiência de vitimação de modo diferente, em virtude não apenas do crime que sobre si foi perpetrado, mas também da sua personalidade, de experiências de vitimação anteriores e da existência ou não de recursos de apoio.



Vítimas de maus tratos com apoio judiciário grátis

Violência doméstica. Serviços judiciais definidos há um ano entram só agora em vigor

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

As vítimas de violência doméstica vão passar a ter serviços gratuitos de um advogado, caso o escolham, disponibilizado pela Ordem dos Advogados.

Na prática, o que a lei vai permitir, a partir do dia 1 de Setembro, é que as vítimas de maus tratos possam ter um advogado oficioso para acompanhamento no interrogatório, depois de aberto um inquérito-crime, e para uma defesa ao longo de todo o processo, incluindo o julgamento.

Uma medida que já estava prevista na lei de Setembro de 2009 – que alterou alguns pontos da lei penal de 2007 relativos a maus tratos –, mas que só agora vai entrar em vigor. “Tivemos de acertar uns pontos nessa lei”, explica fonte do Ministério da Justiça ao DN.

Porém, esta iniciativa não está a ser bem recebida pela APAV. “Isto é uma discriminação positiva”, defende Frederico Marques, da associação de apoio à vítima. “Então se dá para as vítimas de violência doméstica, porque não para as vítimas de todos os crimes violentos?”, questiona a mesma fonte. “É como a questão das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde das quais as vítimas de violência doméstica estão isentas. Porque não também vítimas de outro tipo de crime”, questiona.

Frederico Marques entende que “esta medida pouco acrescenta face ao regime de apoio judiciário”, explica o representante da associação, “porque estes advogados oficiosos só estarão com certeza disponíveis para casos em que os rendimentos das vítimas o justifiquem”, sublinha. E acrescenta: “Além de que o apoio que a



JOSE CARLOS CARVALHO/ARQUIVO DN

Este ano já morreram 23 mulheres vítimas de maus tratos

APAV dá já prevê o aconselhamento jurídico.”

Também a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) já disponibiliza um serviço nesse sentido. “Temos uma linha de apoio a vítimas deste tipo de crimes já há muitos anos”, explica ao DN Paula Brito, do organismo dependente da presidência do Con-

selho de Ministros. “Mas neste caso estamos mesmo a falar de advogados oficiosos para todo o processo, fornecidos pela Ordem dos Advogados”, explica a mesma fonte.

Em 2009, só a APAV recebeu 6682 denúncias de maus tratos domésticos. Sendo que a maioria dos casos é relativa a companhei-

NÚMEROS

3802 CASOS

► **Companheiros** A maioria dos maus tratos registados em 2009 foram casos em que os companheiros ou os cônjuges eram os agressores: 56,7% dos casos

667 DENÚNCIAS

► **Ex-companheiros** Das denúncias recebidas pela APAV em 2009, 10% (667) foram relativas a casos em que os autores eram os ex-companheiros

CRIMES SEXUAIS

► **Crianças** Em dez anos, a APAV registou 1121 crimes sexuais contra menores. A maioria, 708, aconteceu na própria família

FILHOS AGRESSORES

► **Quarto lugar** Foram 532 os casos em que os filhos agrediram os pais, com mais de 65 anos de idade

ros e cônjuges como agressores.

Este ano já houve 23 mortes por maus tratos. Porém, apenas nove das 50 pulseiras electrónicas prometidas pelo Ministério da Justiça para estes agressores estão a ser utilizadas, no programa lançado pela Comissão para a Igualdade de Género, para o Porto e Coimbra.



ID: 31562050

01-08-2010

Violência doméstica aumenta

Em média, no primeiro semestre deste ano, foram abertos 25 inquéritos de violência doméstica por dia no distrito Judicial de Lisboa. Os dados divulgados pela Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa adiantam terem sido registados, ao longo deste período, 4546 novos inquéritos.

Um exemplo deste aumento alarmante é o caso do Centro de Atendimento à Vítima de Loures que, com apenas três meses de existência, já sinalizou 50 casos de violência doméstica no concelho, quase todos

eles têm nas mulheres a sua vítima. O centro, designado por Espaço Vida,

tem como função prestar apoio psicológico, jurídico e social às vítimas de

violência doméstica. As freguesias de Camarate, Santo António dos Cavaleiros e Moscavide foram as que tiveram mais vítimas sinalizadas pelo centro.

A Comarca de Lisboa registou, nos primeiros seis meses do ano, o maior número de inquéritos de violência doméstica abertos, com 920 no total. À qual se sucede a nova comarca da Grande Lisboa Noroeste que inclui os concelhos da Amadora, de Mafra e de Sintra, com 681.

O mesmo relatório divulgado no mesmo período do ano passado dava conta da abertura de 5430 inquéritos, o que significa que, apesar da criminalidade se manter elevada, houve uma diminuição dos casos apresentados, face ao ano anterior. Ao todo já morreram, este ano, 15 mulheres vítimas de violência doméstica, uma diminuição em cerca de 14% comparativamente com

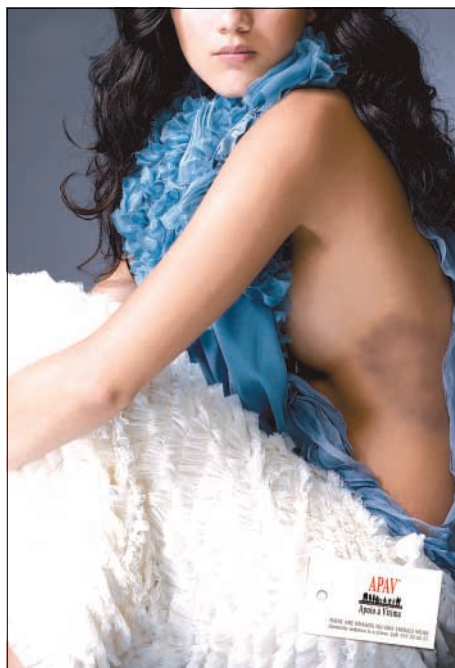
o ano de 2009, onde o Observatório das Mulheres Assassinadas, da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), contabilizou 29 homicídios.

A criminalidade juvenil também registou aumentos significativos, neste primeiro semestre do ano, no distrito Judicial de Lisboa.

Por se tratar de comportamentos qualificados como crimes, mas por ainda não terem atingido os 16 anos obrigatórios para responderem penalmente, foram abertos 2474 inquéritos tutelares educativos.

A maioria encontra-se nos tribunais de família e menores de Lisboa, com um total de 591 e Sintra, que contabiliza 432.

Em 135 casos, o Ministério Público solicitou uma medida de internamento e em 289 outras medidas, que não implicam a institucionalização do menor.



20
anos
no apoio
à vítima

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) celebrou 20 anos graças ao apoio de muitos voluntários que contribuíram para que o projecto crescesse.

Até ao ano passado a APAV registou 93.422 processos de apoio, o que corresponde a um universo estimado de cerca de 187.000 pessoas apoiadas. A organização presta apoio emocional, jurídico, psicológico e social às vítimas de crime, através dos 15 Gabinetes de Apoio à Vítima, presentes em 8 distritos do continente e na região autónoma dos Açores, bem como das unidades específicas de apoio à vítima imigrante - Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica e Unidade de Apoio à Vítima Migrante, nos Açores - e através do **707 2000 77** - Linha de Apoio à Vítima da APAV.

Com as comemorações do seu 20.º aniversário a associação está a divulgar uma campanha nacional de sensibilização com a mensagem: **“há crimes que deixam marcas”** e tem como propósito dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela organização.



LISBOA

**AJM Collective
na APAV & Cultura**

A APAV apresenta amanhã, pelas 19 horas, um concerto com o grupo AJM Collective. O evento tem lugar no Espaço APAV & Cultura, na Rua José Estêvão, 135-A (ao Jardim Constantino), e tem entrada livre. A música do AJM Collective assenta na improvisação, resultando da combinação das linguagens individuais dos quatro músicos.



Violência em debate

A 7 de Setembro, às 15h, em Lisboa, na sede da Associação de Apoio à Vítima, realiza-se um debate sobre os direitos das vítimas de crimes e de violência.